

**COLETIVOS UNIVERSITÁRIOS DE DIVERSIDADE
SEXUAL E A CRÍTICA À INSTITUCIONALIZAÇÃO
DA MILITÂNCIA LGBT**
*ACADEMIC COLLECTIVE OF SEXUAL DIVERSITY AND
THE CRITIQUE TO INSTITUTIONALIZATION
OF THE MILITANCY LGBT*

Julião Gonçalves Amaral¹

RESUMO: Este texto é resultado de um estudo que buscou um aprofundamento e uma compreensão dos fenômenos sociais que caracterizam a dinâmica de atuação política dos Coletivos Universitários de Diversidade Sexual. A abordagem metodológica utilizada envolveu basicamente a produção de dados por meio de entrevistas semi-estruturadas e grupos focais. Esses coletivos têm sido uma forma de militância crítica a atuação do ativismo LGBT clássico. Esses coletivos buscam construir sua militância tentando romper com a necessidade de um sujeito político unitário e sempre procuram enfatizar a multiplicidade e a heterogeneidade dos sujeitos que compõe a militância. Podemos perceber no Brasil o aumento da participação da sociedade civil em políticas sociais através das instituições participativa. Nesse contexto percebemos um crescimento do movimento LGBT e o aumento de sua legitimidade na formulação de públicas para essa população. Porém, essas políticas, ao terem que se adequar a um modelo de “gay” e “lésbica” exigido pelo Estado, provocam a descaracterização identitária e a exclusão daqueles que não se enquadram no modelo hegemônico de sujeito LGBT exigido pela política pública.

Palavras-chave: Diversidade Sexual; Movimentos Sociais; Grupos Universitários; Institucionalização.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil, E-mail: iarkhan.ufmg@gmail.com

ABSTRACT: *This text is a result of a study aimed at consolidating and understanding of social phenomena that characterize the dynamics of political action of Academic Collective of Sexual Diversity. The methodological approach basically involves production of data through semi-structured interviews and focus groups. These groups have been a form of militancy critique of the classic LGBT activism. These groups seek to build their militancy trying to break away from the need for a unitary political subject and always try to emphasize the multiplicity and heterogeneity of the subjects that make up the militancy. We can perceive in Brazil the increase of participation of civil society in social policy through participatory institutions. In this context we see a growth in the LGBT movement and increase its legitimacy in formulating public policies for this population. However, such policies by, having to fit a model of “gay” and “lesbian” required by the state, cause mischaracterization of the identity and the exclusion of those who do not fit the hegemonic model of LGBT subject required by public policy.*

Keywords: *Sexual Diversity; Social Movements; Academic collective; Institutionalization.*

1 INTRODUÇÃO

Em países de tradição democrática um grande desafio para as/os gestores públicos se encontra na formulação de políticas públicas que possibilitam a promoção da inclusão social das parcelas marginalizadas da população (Mello, Avelar e Maroja, 2012; Hernández, 2013). Na formulação e na implementação de políticas públicas, aspectos relativos a alocação de recursos, disputas e disponibilidade de equipamentos e serviços públicos são atravessados por questões que dizem respeito as concepções do sujeito social alvo da política, de cidadania e de inclusão social. Organizações da sociedade civil (como ONG's e movimentos sociais) há muito reivindicam não apenas a criação das políticas, mas também a participação de representantes das organizações nos momentos de formulação, implementação e controle delas (Mello, Avelar e Maroja, 2012).

A partir dos anos 2000, grupos de ativismo LGBT expandem suas reivindicações por cidadania para além das políticas de prevenção de HIV/AIDS. Se nas décadas de 1980 e 1990 essa se configurou a principal bandeira que possibilitou a proliferação desses grupos na sociedade civil brasileira (Facchini, 2009; Prado et al, 2010), a primeira década do século 21 foi marcada pela a ampliação da pauta do movimento exigindo políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos humanos de cidadãs/ãos LGBT (Mello, Avelar e Maroja, 2012). A atuação dos movimentos LGBT nessa época teve como um dos seus principais resultados a inclusão na segunda versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-2), em 2002, de ações relativas ao direito de igualdade de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais e que tratam a orientação sexual como uma dimensão da garantia do direito à liberdade de opinião e expressão. Outro marco importante importante para o movimento foi o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) em 2004, que se propunha como um documento orientador para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas com foco em sujeitos LGBT. As propostas do BSH refletiam as demandas e bandeiras de luta dos grupos LGBT da época, o que confirmava a tendência mundial nos países de tradição democrática do lugar de destaque de envolvimento da sociedade civil na formulação de políticas públicas (Mello, Avelar e Maroja, 2012).

Entretanto, essa forma de reconhecimento por parte do Estado traz, além dos benefícios, alguns perigos. Os principais deles seriam a descaracterização identitária dos sujeitos LGBT e a exclusão daqueles que não se enquadram no modelo hegemônico de sujeito LGBT exigido pela política pública (Mello, Avelar e Maroja, 2012; Hernández, 2013; Prado e Machado, 2014). O ponto de partida das políticas públicas no campo da sexualidade é a necessidade de mudança de crenças, valores e tradições enraizadas no imaginário social. O seu foco está justamente em contruir um novo imaginário para uma nova sociedade. Essa nova sociedade, porém, exige que os sujeitos se enquadrem em modelos “aceitáveis” de homossexualidade, travestilidade e transexualidade “mantendo à margem todas/

os as/os que se recusarem a incorporar as personas sexuais aceitáveis, independentemente de orientação sexual e identidade de gênero” (Mello, Avelar e Maroja, 2012, p. 294). A homossexualidade para deixar o lugar de patologia que sempre ocupou e passar a se tornar assunto legítimo do Estado passa a se “revestir” de uma “heterossexualidade honorária” e procura ocupar um lugar respeitável na sociedade. Instaura-se a imagem do que seria o sujeito “gay” ou “lésbica” dignos de atenção das políticas sociais: casadas/os, monogâmicos, “cidadãos de bem” que pagam impostos, consumidores, gays masculinos e lésbicas femininas (Hernández, 2013). Soma-se a isso o fato de alguns grupos LGBT se enquadrarem a esse modelo hegêmico de sujeito e se alinharem aos discursos estatais para estarem aptos a concorrer aos editais de financiamento de políticas públicas. Isso teria como consequência a perda da capacidade de interpelação dos grupos frente ao Estado e a reprodução de um modelo excludente pelo próprio movimento (Butler, 2003; Preciado, 2011; Prado e Machado, 2014). Esse fato explicita a capacidade de alguns ativistas de delimitar:

[...] novas fronteiras morais e reagir à ameaça que representam, para a “política LGBT ‘,as loucas escandalosas’,as machonas’,as travestis’, gays e lésbicas promíscuos, que não querem o matrimônio, gays, lésbicas e bissexuais polígamos ... toda uma série de expressões sexuais e de gênero que colocaria em risco os direitos já adquiridos e o longo trabalho de moralização e purificação que tem significado distanciar o significante ‘gay’ da AIDS, da promiscuidade e da perversão. Esse distanciamento pode ser entendido como um exercício de territorialização dos significados de ‘gay’, que ocorre no espaço simbólico, mas também no físico [...]. (Hernández, 2013, p. 52, tradução nossa).

O preço do ingresso à cidadania de gays e lésbicas seria a estigmatização de que devem fazer ou contribuir, direta ou indiretamente, dos outros sujeitos sexuais fora do padrão dominante através de diversas práticas políticas e estilos de vida (Hernández, 2013). En-

tretanto, cabe ressaltar que novas formas de militância têm surgido no campo da sexualidade. Diversas críticas a esse modelo têm sido elaboradas tanto no âmbito da política quanto da teoria. Localizamos na atuação política dos Coletivos Universitários de Diversidade Sexual uma dessas novas formas de militância. Organizados dentro das universidades, a militância desses grupos se expande para toda a sociedade através das mais diversas formas de ação. O foco de luta desses jovens é contra a homofobia e o heterossexismo que perpassam a sociedade (em geral) e a universidade (em específico).

Tendo em vista a importância dos movimentos sociais na construção e implementação de políticas públicas para minorias, procuramos refletir sobre a atual contexto da militância LGBT apresentando críticas aos modelos tradicionais de militância e apontando novas formas de atuação. Este texto tem por objetivo apontar algumas críticas ao modelo institucionalizado de militância presente no movimento LGBT tradicional colocadas pela atuação dos Coletivos Universitários de Diversidade Sexual. Os dados aqui apresentados são de um estudo que buscou caracterizar a atuação desses grupos. Na primeira parte são feitas algumas considerações metodológicas relativas ao estudo em questão. Procuramos na segunda parte do texto expor os principais elementos teóricos sobre o fenômeno dos novos movimentos sociais. Buscamos apontar os principais conceitos e a forma como esse objeto tem sido tratado por alguns autores. Na terceira parte objetivamos traçar uma breve trajetória dos movimentos sociais no Brasil tomando como referência a crescente aproximação das organizações com o Estado, fenômeno conhecido como institucionalização dos movimentos sociais. Entendemos que esse processo, ao invés de representar cooptação, pode significar a assimilação dos movimentos pelo Estado. Tomamos a trajetória do movimento LGBT como exemplo prático dessa dinâmica. Na quarta parte do texto argumentamos como as diversas formas de conflito tem adentrado o espaço da universidade, o que tem contribuído para a diversificação dos atores sociais. Se em um primeiro momento o movimento estudantil tem sido a forma clássica de expressão dos conflitos sociais e de engajamento na universidade, ao dialogar com

os movimentos sociais, a universidade tem incorporado a crítica feita por eles e transformado a sua própria prática teórica e política, e que como resultado disso os próprios estudantes tem desenvolvido novas formas de militância e expressado diversas formas de conflito até então invisíveis. Buscamos na quinta parte mostrar as críticas feitas pelos coletivos universitários a uma forma institucionalizada de fazer política, expressa na crítica que eles fazem dos movimentos LGBT e estudantis tradicionais e de uma rejeição aos partidos políticos. Na sexta parte buscamos apresentar uma das características que consideramos mais inovadoras nessa forma de militância: a tentativa de construção de uma militância não calcada em um único sujeito político (uma militância *queer*).

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Essa investigação foi guiada pelo *paradigma da pesquisa qualitativa*. Buscou-se um aprofundamento e uma compreensão dos fenômenos sociais que caracterizam a dinâmica de atuação política dos coletivos, bem como das ideias, crenças e valores dos seus membros. Pretendeu-se também que os coletivos fossem atores ativos nessa construção. Pesquisas qualitativas são apropriadas para a definição desse tipo de fenômeno. A abordagem metodológica utilizada nesse estudo envolveu basicamente a produção de dados por meio de entrevistas semi-estruturadas e grupos focais.

As entrevistas tem por objetivo estimular o intercâmbio verbal dando aos sujeitos pesquisados a oportunidade de se expressar e apresentar, segundo suas próprias palavras, a dinâmica de atuação do coletivo a qual fazem parte (Flick, 2009). Em entrevistas semi-estruturadas, os entrevistados são escolhidos em um deliberado processo de seleção. Em cada estágio, a seleção é guiada por considerações teóricas ao invés de simplesmente por questões relativas à representatividade (Blee e Taylor, 2002). Foram realizadas cinco entrevistas com militantes de cinco coletivos diferentes. Os coletivos entrevistados foram o Grupo Prisma da Universidade de São Paulo (USP); o Grupo Pontes atuante na Universidade Federal Rural do

Rio de Janeiro (UFRRJ); o Grupo Urucum atuante na Universidade Federal de Lavras (UFLA); o Grupo Colcha de Retalhos atuante na Universidade Federal de Goiás (UFG); e o Grupo Orquídeas, atuante na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Foram utilizados dados de dois grupos focais feitos com dois dos coletivos para apreender dos próprios membros o que se pretende analisar. Os dados desses grupos focais são provenientes de uma pesquisa interessada em estudar casos de homofobia nas universidades e as formas de enfrentamento a ela. O grupo focal consiste “em conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é o objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal” (Powell e Single, apud Gatti, 2005, p. 7). Assim, foi possível que o debate sobre a participação política dos coletivos e suas estratégias para o combate à homofobia fosse feito e que eles expusessem questões relativas às formas de atuação e a motivação dos grupos. Os roteiros dos grupos focais tinham como pauta oculta de produção de dados a apreensão das características dos coletivos (como a percepção de homofobia nas universidades e o repertório de ação dos coletivos) que foram materializadas em uma série de questões feitas aos sujeitos de pesquisa. Os coletivos selecionados para os grupos focais foram o Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (GUDDS!), atuante na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e o grupo Primavera nos Dentes, atuante na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Cada grupo focal contou com a participação de três membros de cada coletivo.

3 TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Nos anos 1960 as grandes mobilizações ressurgiram na Europa e nos Estados Unidos e elas colocaram questões interessantes para as correntes teóricas que, até então, lidavam com esse tipo de fenômeno (Pereira, 2008). As correntes teóricas tradicionais não conseguiam explicar efetivamente os pontos fundamentais dessas novas mobilizações: a categoria dos/as atores/atrizes, os objetivos a que perseguiam e o que possibilitava que essas mobilizações acontecessem (Alonso, 2009):

Alguns teóricos da revolução ainda as saudaram como retorno do movimento operário, mas, logo se viu, elas eram bastante peculiares. Não se baseavam em classe, mas sobretudo em etnia (o movimento pelos direitos civis), gênero (o feminismo) e estilo de vida (o pacifismo e o ambientalismo), para ficar nos mais proeminentes. Tampouco visavam a revolução política, no sentido da tomada do poder de Estado. Não eram reações irracionais de indivíduos isolados, mas movimentação concatenada, solidária e ordeira de milhares de pessoas. (Alonso, 2009, pp. 50-51)

Esses novos atores empunhavam as mais diversas bandeiras e seus objetivos não se voltavam mais para as condições de vida ou para a redistribuição de recursos, eles se remetiam para questões relativas à qualidade de vida e para a afirmação da diversidade de estilos de vivê-la (Alonso, 2009). Esse novo fenômeno demandou novas concepções teóricas para explicá-los. Surgiram, assim, diferentes modelos teóricos dedicados a explicar essas novas formas de mobilização comumente conhecidas como Novos Movimentos Sociais (Pereira, 2008). Essa concepção teórica ganhou muitos adeptos na América Latina e grande parte dos estudos realizados aqui se guiam por ela como modelo explicativo dos movimentos sociais. Entre os teóricos dos Novos Movimentos Sociais, o trabalho de Melucci (1996; 2001) ganhou muitos adeptos na explicação dos movimentos sociais latinoamericanos principalmente a partir da década de 1990. Para o autor, um movimento social deve ser entendido por meio de uma teoria da ação. Um campo de conhecimento que assuma os movimentos sociais como objeto de estudo deve se sustentar a partir de uma concepção teórica que dê fundamento à autonomia do agir social coletivo (Melucci, 2001).

Segundo Melucci (1996; 2001), um movimento social não pode ser entendido como um ente unitário, mas sim como um conjunto de grupos que se articulam e negociam ideias, interesses e pautas que culminam na constituição de uma identidade coletiva correspondente à causa (Mesquita, 2008). Segundo ele, há certos princípios importantes a serem levados em consideração na análise

de um movimento social, sendo que o primeiro deles afirma que um movimento social é a expressão de um conflito. Isso supõe que um movimento social é resultado da luta entre dois atores sociais pela apropriação de um ou mais recursos (materiais, políticos e/ou simbólicos) que sejam valorizados por ambos. Outro princípio afirma que um movimento social não se limita na expressão de um conflito, mas o leva para além dos limites do sistema de relações sociais a que se direciona a ação de modo romper, dessa forma, as regras do jogo e coloca em xeque a legitimidade do poder vigente. Um terceiro princípio afirma que um movimento social comporta solidariedade entre os seus membros, isto é, o reconhecimento de um NÓS que se encontra no mesmo campo social que, de certa forma, é interdito por um ELES (um adversário) na aquisição dos recursos valorizados pelo grupo (Melucci, 2001).

Segundo Mesquita (2008) há entre os teóricos inúmeras dificuldades de conceituação dos movimentos sociais. A primeira delas se refere a tendência a uma percepção estanque deles como objetos de análise, não sendo consideradas, muitas vezes, as nuances de suas dinâmicas internas naturalizando-os e os tomando de forma homogênea. Outra limitação se refere ao significado do conceito de movimento social adotado pelos pesquisadores que “tem estado tradicionalmente fundado em uma concepção historicista, linear e objetivista da ação coletiva” (Mesquita, 2008, p.181). Os movimentos sociais são comumente tomados como dotados de existência e intencionalidade e que atuam em um cenário em que há um final pré-estabelecido para a sua ação (Mesquita, 2008).

Melucci (2001) aponta que todos os movimentos sociais são sistemas de ação que combinam orientações diversas, que envolvem vários atores e implicam oportunidades e vínculos que dão forma às suas relações. A definição que os atores constroem de si e da relação com o ambiente não acontece de forma linear, mas sim por meio de interação e negociação. A ação dos movimentos ocorre por meio de investimentos organizados, definindo o campo de possibilidades e limites que eles apreendem (Melucci, 2001). “A unidade do movimento social não é um dado primeiro, inicial, uma condição prévia

à existência do próprio movimento, senão uma consequência, um produto destas trocas” (Mesquita, 2008, p.182). Se os aspectos mais visíveis relacionados aos movimentos sociais existem, isso acontece graças a realização de um processo que se dá no interior do movimento de contínua atividade e muitas vezes invisível externamente. É devido às experiências cotidianas dos coletivos, a relação e a interlocução estabelecida com outros grupos que a ação política, que se encontra em um primeiro momento de latência, se manifesta em um contexto favorável se torna possível (Mesquita, 2008).

O conceito de *identidade coletiva* permite analisar elementos dos movimentos sociais que dizem respeito a ideologia da militância: como os atores sociais formam uma coletividade e se reconhecem como sendo parte dela, como agir em conjunto faz sentido para os participantes de um movimento social e como o significado da ação coletiva deriva de pré-condições estruturais ou a partir da soma das motivações individuais. Muitas pesquisas sobre os movimentos sociais tem entendido o objeto como se os atores coletivos existissem em si mesmos como essências ontológicas unificadas, prontamente oferecidos para a compreensão do pesquisador através de referência a alguma condição estrutural subjacente (Melucci, 1996).

Melucci (1996; 2001) entende identidade coletiva como uma definição interativa e compartilhada produzida por um número de indivíduos (ou grupos em um nível mais complexo) relativas às orientações da sua ação e do campo de oportunidades e constrangimentos em que tal ação acontecer. A identidade coletiva como um processo envolve definições que dizem respeito aos fins, significados e o campo de ação. Esses eixos de ação coletiva são definidos dentro de uma linguagem que é compartilhada por uma parte ou por toda sociedade, eles são incorporados em um determinado conjunto de rituais, práticas, artefatos culturais e são estruturadas de modos diferentes. Assim, a identidade coletiva como um processo refere-se a uma rede de relacionamentos ativos entre os atores que interagem, se comunicam, se influenciam mutuamente, negociam e tomam decisões. Certo grau de investimento emocional é necessário na definição de uma identidade coletiva, o que permite que as pes-

soas se sintam parte de uma unidade comum. Identidade coletiva nunca é totalmente negociável porque a participação na ação coletiva é dotada de significados que não podem ser reduzidos a cálculos de custo-benefício. Paixões e sentimentos são parte de um organismo que age coletivamente, particularmente naquelas áreas da vida social que são menos institucionalizados (Melucci, 1996)

Os movimentos sociais “desenvolvem” identidade coletiva em um relacionamento circular com um sistema de oportunidades e restrições. Atores coletivos são capazes de identificar-se quando aprendem a distinguir entre eles próprios e ao meio ambiente. Atores e sistema constituem-se reciprocamente e um movimento só se torna auto-consciente através de uma relação com o seu ambiente externo que oferece à ação social um campo de oportunidades e constrangimentos, que por sua vez são reconhecidos e definidos como tal pelos atores. A unidade de ação coletiva repousa sobre a capacidade de um ator coletivo para localizar-se dentro de um sistema de relações. Um ator coletivo não pode construir a sua identidade de forma independente de outros atores sociais e políticos. Deve haver pelo menos um grau mínimo de reciprocidade entre os atores (movimento, autoridades, outros movimentos, terceiros), mesmo que ela tome a forma de uma negação, um desafio ou uma oposição (Melucci, 1996)

Ao questionarmos sobre o como os indivíduos e os grupos dão sentido à sua ação e como podemos entender esse processo, devemos abandonar uma idéia monolítica e pré-concebida de atores coletivos para entendermos os processos pelos quais um coletivo se torna coletivo. Uma abordagem processual sobre a identidade coletiva ajuda a realizar essa mudança teórica e metodológica. Mas corre-se o risco de tomar o conceito como um novo instrumento analítico que simplesmente substitui a antiga busca de um núcleo unificador de um movimento, incorporando-o de uma forma reificada e essencialista. Melucci (1996) aponta que manter o termo “identidade” como parte constitutiva do conceito de “identidade coletiva” se dá pela razão de que nenhuma definição linguística melhor parece disponível. Para ele, identidade coletiva é uma ferramenta analítica assim como um objeto a ser estudado, ela representa uma solução temporária para

um problema conceitual e deve ser substituída se e quando outros conceitos se mostrarem mais adequados (Melucci, 1996).

Não podemos tomar a identidade coletiva como uma “coisa”, como a unidade monolítica do sujeito. Ela deve, ao contrário, ser concebida como um sistema de relações e representações. Identidade coletiva assume a forma de um campo que contém um sistema de vectores em tensão que buscam constantemente estabelecer um equilíbrio entre os vários eixos de ação coletiva e entre a identificação declarada pelo ator e a identificação dado pelo resto da sociedade (adversários, aliados, terceiros). Identidade coletiva na sua forma concreta depende de como esse conjunto de relações é realizada em conjunto. Esse sistema nunca é um dado definitivo, mas um processo trabalhoso onde a unidade e equilíbrio são constantemente restabelecidos em reação às mudanças e transformações nos elementos internos e externos do campo. Pode-se imaginá-la como um campo que se expande e se contrai e cujas fronteiras se alteram com direção e intensidade variáveis das diversas forças que o constituem (Melucci, 1996).

4 TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

No Brasil, a atuação dos novos movimentos sociais e o estudo científico dessas mobilizações surgiram e se desenvolveram no contexto da ditadura militar e das lutas por redemocratização (Cardoso, 1994; Gohn, 2010). Em um ambiente marcado por reivindicações pela abertura política do país, os movimentos sociais clamaram por noções mais amplas de democracia, de modo a redefinir no Brasil as concepções do que podemos considerar terreno da política e das relações de poder a serem transformadas. Eles ampliaram e aprofundaram a noção de democracia ao incluir nela práticas sociais e culturais de modo a transcender o nível político institucional formal (Dagnino, 1994).

Na base dessa nova noção está a luta por *direitos* promovida pelos movimentos sociais. Eles redefiniram a noção de direitos ao demonstrar seu caráter histórico e contingente em contrapartida à idéia de *direitos naturais*. A concepção de *direito a ter direitos* demonstra isso muito bem. Essa noção não se limita a conquista ou

ao acesso a direitos abstratos e formais previamente estabelecidos (Dagnino, 1994). Ela pressupõe “a invenção/criação de novos direitos, que emergem de lutas específicas e de sua prática concreta” (Dagnino, 1994, p.108). Os diversos grupos reivindicam pela criação de novos direitos tomando como base suas características e especificidades grupais (Dagnino, 1994).

O movimento LGBT² brasileiro também surge no contexto de lutas pela redemocratização do país. Eles trouxeram novas questões sobre a democracia e também foram responsáveis pela formulação de uma nova noção de cidadania. Esses movimentos (juntamente com os movimentos feministas) questionaram a hierarquia sexual e a homofobia, e propuseram a democratização das relações sociais baseadas na sexualidade. Os movimentos sociais LGBT brasileiros tiveram influência direta dos grupos militantes estadunidenses e europeus (Prado *et al*, 2010) e sua atuação, inicialmente, se dava principalmente no eixo Rio de Janeiro – São Paulo (Facchini, 2009). É um consenso entre alguns autores/as (Facchini, 2009; Prado *et al*, 2010) que a militância dos grupos LGBT surge com a fundação do Grupo Somos, que teve um papel importante no processo de atribuir o caráter político às discussões sobre orientação sexual. Após a redemocratização do país e a fundação do Grupo Somos, surgiram vários outros grupos, sendo que muitos deles atuavam com temáticas transversais à da orientação sexual, como os grupos que discutiam afro-descendência e homossexualidade e o GALF (Grupo de Ação Lésbico Feminista), que trabalhava com as questões das lésbicas dentro do movimento (Prado *et al*, 2010).

A epidemia de HIV/AIDS foi um fator muito influente na proliferação de grupos LGBT pelo país (Facchini, 2009; Prado *et al*, 2010).

² Ao longo dos anos o movimento passa a sofrer transformações também na sua nomenclatura. Descrito basicamente como MHB (Movimento Homossexual Brasileiro), em 1993 passa a ser definido como MGL (Movimento de Gays e Lésbicas). Posteriormente, após 1995, aparece como movimento GLT (Gays, Lésbicas e Travestis). A partir de 1999 passa a ser chamado de movimentos GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros). Em 2008 fica convencionada a sigla LGBT, com o intuito de aumentar a visibilidade das lésbicas no movimento. Essas mudanças no nome do movimento refletem um jogo político no seu interior que visa afirmar e/ou dar visibilidade aos segmentos internos (Facchini, 2009). Nesse trabalho utilizo o termo LGBT para designar genericamente a militância de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros nas últimas décadas.

Segundo Facchini, o incentivo dado à formulação de grupos configurou:

[...] a implementação de uma política de prevenção às DST/Aids baseada na idéia de parceria entre o Estado e sociedade civil e num claro incentivo às políticas de identidade como estratégia para a redução da *vulnerabilidade* de populações estigmatizadas. (Facchini, 2009, p.139)

Prado et al (2010) apontam que alguns grupos preferiram fazer discussões mais afastadas das políticas de prevenção como forma de tentar desvincular o estigma social da doença da imagem dos homossexuais, esse foi o caso do grupo Triângulo Rosa. Outros grupos já buscaram conjugar políticas de prevenção com lutas por direitos (Prado *et al*, 2010).

Outro momento importante na trajetória dos movimentos sociais, que se deu pós-redemocratização do país, é apontado por Cardoso (1994) como a fase da “institucionalização dos movimentos sociais” e sua aproximação com o Estado. Essa fase é marcada pela transformação de muitos movimentos sociais em ONG’s e pela expansão do terceiro setor no país (Gohn, 2010). Muitos/as autores/as apontam esse momento como um refluxo dos movimentos e afirmam que eles foram “cooptados” pelo Estado e que perderam seu caráter conflitivo e transformador (Gohn, 2010). Entretanto, Cardoso (1994) não enxerga essa institucionalização como algo negativo. Para a autora, esse processo fez parte da dinâmica dos próprios movimentos e foi reflexo da soma de sua atuação no primeiro momento aliado ao novo contexto político do país. Antes de representar “cooptação” dos movimentos pelo Estado, esse processo representaria novas possibilidades de recursos e formas de atuação (através de ONG’s com militantes profissionalizados e dedicados exclusivamente a causa) (Cardoso, 1994).

Já na década de 1990, alguns grupos LGBT se mostravam menos vinculados a ideologias anarquistas e de esquerda, e mais abertos à institucionalização e a uma aproximação com o Estado e atores políticos formais (como partidos políticos). Ações mais pragmáticas e a tendência à institucionalização influenciaram vários grupos LGBT, sendo que vários deles se constituíram no formato de

ONG's (Prado *et al*, 2010). Assim, os grupos ampliaram e diversificaram as formas de suas iniciativas. Segundo Facchini:

Além dos grupos comunitários, o movimento passa a contar, entre outros formatos, com associações e organizações formalmente registradas, com setoriais de partidos políticos, com grupos religiosos e com grupos situados na interface entre ativismo e pesquisa, constituídos no interior das universidades. Apesar da diversidade de formatos, pode-se dizer que há uma tendência à institucionalização das organizações, como predomínios de associações e das organizações da sociedade civil de interesse público. (Facchini, 2009, p.139)

Entender o processo de institucionalização dos movimentos sociais no Brasil exige fazermos uma ressalva importante que geralmente não tem sido observada nas interpretações correntes que diz da necessidade de romper com essa compreensão tradicional de institucionalização como cooptação e/ou abandono dos repertórios de ação contestatórios (Silva, 2011). Essa compreensão geralmente toma tanto sociedade civil quanto Estado como entes homogêneos e não percebem as tensões e relações de poder que se dão tanto internamente a cada um quanto entre eles. Para analisar as relações políticas entre esses atores precisamos “ter em vista a formação de fronteiras identitárias, sendo fundamental ter cautela para não nos deixarmos seduzir pelo conforto de explicações reducionistas e maniqueísmos congelados” (Prado e Machado, 2014, p. 167). Precisamos entender que essas diferenciações e pontos de contato entre eles servem, em última instância, para a delimitação de papéis na cena pública (Prado e Machado, 2014).

Para entender a lógica de institucionalização dos movimentos sociais no Brasil atualmente precisamos levar em consideração a existência da disputa entre diferentes projetos políticos que guiam o processo de construção da democracia brasileira. Para Dagnino (2004) existe uma “confluência perversa” entre dois projetos³ de democra-

³ A autora aponta também a existência de um terceiro projeto político, o Autoritário, vigente durante o período de ditadura no país, que não será trabalhado neste texto (Dagnino, 2004).

cia no Brasil: o primeiro é um projeto participativo e o segundo é o projeto neo-liberal. Segundo a autora, o primeiro projeto é marcado pelo alargamento dos espaços de participação ao se criarem diferentes espaços públicos e se ampliarem os processos de discussão e tomada de decisão na criação de políticas públicas. Esse projeto é resultado da luta contra a ditadura militar empreendida por diferentes setores da sociedade civil brasileira com destaque para o papel desempenhado pelos movimentos sociais e ele se amplia com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva como Presidente da República e a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder. O segundo projeto ganha respaldo com a eleição de Fernando Collor em 1989 e se amplia no governo de Fernando Henrique Cardoso e tem como estratégia principal o estabelecimento de um Estado Mínimo que se isenta de seu papel como garantidor de direitos encolhendo suas responsabilidades sociais e transferindo-as para a sociedade civil no formato das ONGs e no alargamento do terceiro setor (Dagnino, 2004).

O risco percebido pelos atores da sociedade civil nesse processo é o de que a participação nas instâncias decisórias, defendida pelos atores que sustentam o projeto participativo democratizante como um mecanismo de ampliação da democracia e de diminuição da exclusão, possa servir aos objetivos do projeto neo-liberal (Dagnino, 2004). Mais do que simplesmente cooptação, essa confluência perversa é resultado do tensionamento entre diferentes forças políticas (muitas vezes antagônicas) no interior da sociedade civil e do Estado.

Essa perversidade é claramente exposta nas avaliações dos movimentos sociais, de representantes da sociedade civil nos Conselhos gestores, de membros das organizações não governamentais (ONG) envolvidas em parcerias com o Estado e de outras pessoas que de uma maneira ou de outra vivenciam a experiência desses espaços ou se empenham na sua criação, apostando no potencial democratizante que eles trariam. Elas percebem essa confluência perversa como um dilema que questiona o seu próprio papel político: “o que estamos fazendo aqui?”, que projeto estamos fortalecendo?, não ganharíamos mais com outro tipo de estratégia que priorizasse a

organização e a mobilização da sociedade, ao invés de atuar junto com o Estado? (Dagnino, 2004, p. 97)

É importante apontarmos que a institucionalização significou um deslocamento de uma parte importante dos conflitos sociais para o interior do Estado. Assim, muitas organizações passaram a utilizar os diferentes canais disponibilizados pelo Estado para expressar suas demandas e propostas, confrontar seus adversários e construir alianças. Criou-se um quadro complexo em que alguns setores do governo tenderam a estar mais atentos aos interesses de certas organizações e movimentos enquanto outros passaram a ser identificados como adversários (Silva, 2011):

Avritzer (2007) aponta que, no Brasil, com o aumento da participação da sociedade civil em políticas sociais através das instituições participativas, aumentaram-se também as formas de representação política. Nesse processo, o aumento da representação ocorreu “seja pelo fato de que os próprios atores sociais passaram a se denominar representantes da sociedade civil, seja por que o Estado passou a lidar institucionalmente com uma representação oficial da sociedade civil” (Avritzer, 2007, p. 444). Na representação da sociedade civil, as organizações (movimentos sociais, ONG’S, etc.) que atuam há muito tempo com um certo tema na área de políticas sociais freqüentemente assumem a representação da sociedade civil em conselhos ou outras instituições responsáveis pela formulação de políticas públicas relacionadas ao seu tema. Essa modalidade de acesso institucional dos movimentos sociais é responsável pelo aumento significativo do repasse de recursos do governo para esses grupos (Silva, 2011). Essa forma de representação tem sua origem na escolha entre os/as atores/atrizes da sociedade civil, decidida no interior das organizações civis, e a legitimidade do/a representante se dá pela relação dele/a com o tema (Avritzer, 2007).

Associações da sociedade civil possibilitaram que se efetivassem formas de representação política de minorias. Essas associações voltadas para temáticas de grupos específicos possibilitaram que essas perspectivas sociais tenham representação política adequada na

esfera pública. Elas podem garantir a representação pública de grupos específicos devido ao fato de captarem e ampliarem os aspectos públicos desses debates. É tanto possível que elas se envolvam em instituições participativas quanto que elas exerçam pressão em arenas formais de tomada de decisão. No primeiro caso, elas exercem influência direta nos processos de tomada de decisão em arenas em que o governo estabelece diálogo com os/as atores/atrizes sociais. No segundo caso, as associações podem fazer pressão nos/as políticos/as eleitos/as que agem sob o ideal de certos discursos, interesses, opiniões e perspectivas. (Mendonça, 2008).

É importante pontuarmos também o papel de militantes vindos de organizações sociais e o seu ingresso em cargos governamentais, especialmente a partir do Governo Lula em 2003. “Como uma parcela significativa dos militantes petistas possui fortes vínculos com organizações sociais, isto significou o ingresso no Governo Federal de um grande número de membros de organizações sociais” (Silva, 2011, p. 40). Esses militantes procuram atuar como mediadores e representantes dos interesses de suas causas nos processos de formulação e decisão sobre as políticas públicas implementadas (Silva, 2011).

Nesse contexto percebemos um crescimento do movimento LGBT em todo o país. Com a formulação do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), em 2004, e a publicação a nível internacional dos Princípios de Yogyakarta, que apresenta princípios básicos de orientação aos Estados na efetivação dos direitos humanos para a população LGBT, o movimento amplia sua legitimidade. Tanto o programa quanto os princípios, além de fornecer importantes ferramentas e respaldo político para militância do movimento, formaliza diretrizes para ser adotadas pelos poderes governamentais locais na formulação de políticas públicas (Prado e Machado, 2014).

Aqui podemos perceber a confluência perversa apontada por Dagnino (2004). Ao invés de falarmos em um simples processo de cooptação, essa confluência pode ser entendida como assimilação. Uma vez que os espaços institucionais são espaços fortemente controlados por regras, procedimentos e mecanismos burocráticos que limitam as possibilidades de enfrentamento, corre-se o risco não de

cooptação como afirma a literatura corrente sobre institucionalização, mas de assimilação dos grupos organizados e de uma possível diminuição de sua capacidade interpelação (Prado e Machado, 2014). Essas limitações institucionais “deixam dúvidas quanto a capacidade destes movimentos em produzirem novos antagonismos que apontem para ações contra-hegemônicas nos espaços que passaram a ocupar” (Prado e Machado, 2014, p. 160). O reconhecimento por parte do Estado tem sido um elemento importante de legitimação dos movimentos sociais. Entretanto, esse reconhecimento pode impulsionar sua assimilação levando-os a reproduzirem discursos alinhados às lógicas governamentais e institucionais. Podemos perceber certa limitação dos movimentos sociais em contato com o Estado quando lideranças que ocupam determinados espaços de poder não conseguem mais formular posicionamentos críticos ao governo. Além disso, podemos apontar que quando uma organização adequa sua atuação aos editais de fomento ou se organiza em função dos arranjos participativos, corre-se o risco de “o sistema de ação que subjaz à sua identidade coletiva estará subscrito à gramática política hegemônica e ao projeto de poder protagonizado pelos governos com os quais dialoga” (Prado e Machado, 2014, p.167)

Prado e Machado (2014) apontam que a aproximação do movimento LGBT de Belo Horizonte com o Estado, por exemplo, “impediu que os grupos articulassem a multiplicidade do fazer político com a multiplicidade dos atravessamentos identitários, perdendo parte de sua capacidade de enfrentamento” (Prado e Machado, 2014, p.165). As ações dos grupos tinham que se adequar às demandas dos aliados e legitimar os mecanismos institucionais que os apoiaram. Quando a relação dos movimentos sociais com o Estado é marcada pela ampliação da assimilação, motivada por ações do governo federal (de forma proposital ou como reflexo não previsto de suas ações), corre-se o risco da adesão dos movimentos a um discurso popular hegemônico que tende a neutralizar as divergências e os conflitos (Prado e Machado, 2014). Assim, o rompimento com os limites de compatibilidade do sistema, um dos eixos centrais de um movimento social segundo Melucci (1996, 2001), fica comprometido e sua capa-

cidade de transformação social limitada. As políticas que promovem o reconhecimento identitário podem fomentar a produção e a institucionalização das identidades (Prado e Machado, 2014).

5 CONFLITO NAS UNIVERSIDADES: DO MOVIMENTO ESTUDANTIL A NOVAS FORMAS DE AÇÃO COLETIVA DOS ESTUDANTES

O fenômeno de institucionalização dos movimentos sociais é um elemento importante para entendermos a manifestação dos conflitos sociais nas universidades. Como uma instituição social (Chau, 2003), a universidade influencia e é influenciada pelos fenômenos que atravessam a sociedade e o Estado. Por ser uma instituição mantida pelo Estado com o intuito de formar cidadãos, a universidade acaba ocupando um espaço intermediário entre sociedade civil e Estado, muitas vezes borrando os limites entre esses dois espaços ou até transcendendo os dois. Importante notar também que a medida em que os governos começam a dialogar com os movimentos sociais, eles começam a demandar maior entendimento sobre esses grupos e a financiar mais pesquisas com temas relacionadas a eles. A medida em que começa a se relacionar de forma dialógica com os movimentos, acadêmicos/as e núcleos de pesquisa se tornam importantes atores inseridos nas redes dos movimentos, seja para legitimá-los, seja para se opor a eles. Esse contato faz com que os pesquisadores transformem ao mesmo tempo sua prática acadêmica e política e que as formas de conflito da sociedade se expressem na universidade questionando a sua prática.

O movimento estudantil tem sido historicamente o ator social privilegiado de ação coletiva e manifestação do conflito nas universidades. Sendo uma das principais expressões do protagonismo juvenil, ele continua sendo uma possibilidade legítima de inserção e atuação política para um grande número de estudantes. Seu posicionamento político reivindicatório perante o Estado durante a ditadura militar se enraizou no imaginário social como o seu grande momento de atuação. Entre as principais prioridades do movimento estudan-

til atualmente encontram-se a defesa da educação brasileira, mais especificamente a defesa das universidades e apontam existir uma crise de legitimidade e representação enfrentadas pelas insituições universitárias no Brasil. Aliado a esta pauta encontra-se também no interior do movimento uma luta contra uma política econôminca que resulta em carência de serviços básicos como educação e saúde o que gera menos qualidade de vida (Mesquita, 2003).

Entretanto devemos pontuar que, atualmente, o movimento passa por uma crise de representatividade que se manifesta na pouca expressividade entre os estudantes e na fragmentação da sua ação (Mesquita, 2003).

Burocratizado, hierarquizado, centralizador, partidarizado, ultrapassado... Estas são algumas das representações (inclusive dos militantes) acerca do movimento estudantil que, de certa forma, se cristalizam enquanto justificativas do distanciamento entre os estudantes e suas entidades. Como uma das temáticas mais debatidas e refletidas por estes nos últimos anos, a questão da representatividade do movimento estudantil vem sendo uma preocupação constante. (Mesquita, 2003, p.122)

Uma característica do movimento que contribui para o distanciamento dos/as estudantes é a forte partidarização ou, como é mais conhecido, seu aparelhamento pelos partidos políticos. “Essa discussão coloca em foco outra questão: a institucionalização no movimento de uma prática política reprodutora de um habitus que garante na sua essência uma profissionalização da própria política” (Mesquita, 2003, p.125). Essa prática resulta no fato de os movimentos estudantis não terem uma agenda própria para a universidade e para os estudantes e acabam reproduzindo no seu interior a agenda dos partidos políticos (Mesquita, 2003).

Ao se pautarem pela agenda dos partidos políticos e se guiarem por um modelo universalista de estudante, o movimento não consegue captar demandas mais imediatas dos estudantes que dizem respeito ao seu cotidiano nas universidades. Os órgãos de repre-

sentação estudantil procuram tratar das questões de todo o corpo discente em geral; tentam ser abrangentes e imparciais com os/as estudantes, não se focando em características e demandas específicas do alunado. Mayorga *et al* (2008) demonstram como esses órgãos, na busca por atender às demandas de todos/as os/as alunos/as de forma universalista, muitas vezes invisibilizam algumas questões que dizem respeito à alguns grupos específicos de estudantes, não reconhecendo, dessa forma, a diversidade que compõe o corpo discente da universidade. A representação estudantil formal tem dificuldade em agregar pautas específicas de reivindicação (como de estudantes negros/as, de origem popular, LGBT) às demandas gerais dos/as alunos/as e pensar um projeto de representação que seja de todos/as e que, ao mesmo tempo, reconheça a diferença e a diversidade (Mayorga *et al*, 2008). Devido às suas dinâmicas de funcionamento:

[...] DA's, CA's e Grêmios não se apresentam como espaço onde o aluno negro [por exemplo] encontra acesso às suas demandas e onde é representado e acolhido em sua especificidade, apontando para o fato que nem todos os estudantes usufruem e interagem com esse espaço de representação estudantil. (Mayorga *et al*, 2008, p.53).

Esse tipo de postura leva os estudantes a procurarem outros meios de atuação política mais alinhados com a sua realidade e com maiores possibilidade de vocalização das suas reivindicações. Podemos afirmar que, diferentemente das décadas passadas em que o movimento estudantil se configurava como o único meio de expressão política dos estudantes, atualmente contamos com diferentes canais de atuação para os jovens. “Muitos deles sinalizam a emergência de novos atores juvenis que atuam nos mais diversos campos, discutindo e construindo coletivamente políticas públicas que atendam as suas necessidades” (Mesquita, 2003, p.118).

Atualmente, diferentes formas de conflito tem se expressado nas universidade os jovens estão cada vez mais se apropriando desses conflitos e inventando novas formas de ação coletiva. Compreender essas formas de atuação requer entendermos algumas mudanças

ocorridas no contexto universitário como um todo bem como tomar a universidade e a própria produção do conhecimento como campo de disputas e conflitos. Contemporaneamente, o próprio campo teórico tem sido transformado e o constante diálogo de pesquisadores/as com militantes de movimentos sociais tem produzido uma ciência mais interessada e comprometida com a transformação social.

As discussões LGBT, por exemplo, aumentaram dentro academia e diferentes pesquisas começaram a tomar os movimentos sociais de diversidade sexual como objeto de estudo. Mais do que simplesmente categorizar e apontar a existência desses movimentos, diversos pesquisadores procuram trazer os atores sociais LGBT e sua crítica social para dentro das universidades. Cresce o trânsito de militantes que vão para as universidades e de pesquisadores que se engajam na política. Núcleos de pesquisa começam a realizar estudos sobre os repertórios de ação dos movimentos, sendo as pesquisas das Paradas do Orgulho LGBT, realizadas em parcerias com organizações do movimento, um exemplo marcante desse fato. A denúncia realizada pelo movimento começa a ser incorporada pelas teorias. Núcleos de pesquisa que trabalham com temáticas relacionadas ao feminismo, diversidade sexual, relações étnico-raciais e outros surgem e se expandem e um grande número pesquisadores começam a se formar tendo esses temas objetos de estudo (Prado e Machado, 2014).

Tomamos a universidade aqui como uma instituição social e, dessa maneira, entendemos que ela exprime a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Assim, a universidade é tomada como uma ação social, uma prática fundamentada no reconhecimento público que lhe confere autonomia perante outras instituições que é estruturada por ordenamento, regras, normas e valores de legitimidade internos a ela. Como uma instituição social, poderíamos supor que a universidade se configuraria como um reflexo da sociedade e do Estado a qual ela está inserido. Entretanto, exatamente por ser uma instituição definida por sua autonomia intelectual que a universidade se relaciona com o todo da sociedade e do Estado de maneira conflituosa (Chauí, 2003). Mais do que simplesmente a reprodução das estruturas da sociedade, entendemos também que ela é responsável

pela produção de diversas estruturas sociais que ela reproduz.

Importante lembrar que, apesar de a universidade ser um espaço de produção e reprodução de desigualdades, também fazem parte de sua comunidade sujeitos que realizam práticas concretas que não necessariamente se empenham na sua conservação (Magalhães *et al*, 2010). “Por um lado, ela é um aparelho de reprodução da sociedade, mas é, ao mesmo tempo, lugar de contraditório de práticas sociais” (Magalhães *et al* 2010, p.110). Seus espaços são dinâmicos e se transformam com o conjunto da sociedade. Apesar de, nas universidades, o perfil de estudantes, pesquisadores/as e professores/as ter se mantido o mesmo durante muito tempo, vem ocorrendo um processo de diversificação em relação às origens e aos posicionamentos políticos identitários dos sujeitos no seu interior, como o ocorrido pela introdução de políticas de Ações Afirmativas (Mayorga e Souza, 2010), mudança que não garante por si só uma democratização da lógica de produção do conhecimento, mas que possui grande potencial para formar pesquisadores com uma visão politizada da sua situação como sujeito (Magalhães *et al*, 2010).

A emergência política de novos atores sociais acaba por fazer uma denúncia, política e epistemológica, do histórico de desrespeito de certos grupos e o esforço para romper com a reprodução e atualização dessas lógicas provenientes das normas que perpassam as instituições de produção do conhecimento. Essa renovação reivindica um novo tipo de comprometimento ético por parte dos sujeitos envolvidos com a produção de conhecimento, o que faz emergir alguns pesquisadores preocupados com os aspectos sociopolíticos de sua produção considerados como militantes (Reis *et al*, 2010). Diversos autores começam a se preocupar em ressignificar a produção do conhecimento e estabelecer parâmetros de uma ciência engajada com a transformação social.

Santos (1999) aponta a emergência de um novo paradigma das ciências em que a produção do conhecimento seria questionada a partir da sua capacidade de transformação social. O autor fala de “um conhecimento prudente para uma vida decenete”, apontando que contemporaneamente atravessamos uma nova revolução científica:

Sendo uma revolução científica que ocorreu numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente). (Santos, 1999, p. 37)

Ao pontuar as principais características desse novo paradigma⁴ ele afirma que o novo conhecimento tende a ser não dualista, que se funda na superação das distinções dicotômicas clássicas da ciência moderna como natureza/cultura, natural/artificial, sujeito/objeto, indivíduo/sociedade, etc. Esse relativo colapso das dicotomias se reflete nas disciplinas científicas que se fundamentam sobre elas resultando no fim da dicotomia entre ciências sociais e ciências naturais (Santos, 1999).

O autor também afirma que no paradigma emergente o conhecimento é ao mesmo tempo total e local. Diferentemente da ciência moderna, em que o conhecimento avança pela especialização, na ciência contemporânea o conhecimento constitui-se ao redor de temas que são adotados por grupos sociais concretos como projetos de vida (Santos, 1999). “A fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática” (Santos, 1999, p.47). Assim, diferentes disciplinas são acionadas para compreender problemas e objetos relacionados a vida prática das pessoas.

Segundo Santos (1999) a ciência moderna não tolera a interferência dos valores humanos ou religiosos no seu conhecimento produzido. No paradigma pós-moderno (o paradigma emergente), “o ato criativo protagonizado por cada cientista e pela comunidade científica no seu conjunto tem de se conhecer intimamente antes que conheça o que com ele se conhece do real” (Santos, 1999, p.52). Os sistemas de crenças e juízos de valor dos cientistas não estariam antes ou depois da explicação científica, mas seriam parte integrante do próprio processo de produção do conhecimento (Santos, 1999).

A ciência pós-moderna entende que apenas a configuração de todas as formas de conhecimento é racional, sendo necessário que o

⁴ Segundo ele qualquer caracterização desse novo paradigma só pode ser feita de maneira especulativa.

conhecimento científico se deixe penetrar por elas. O autor aponta a importância que o conhecimento do senso comum tem nesse processo por enriquecer a nossa relação com o mundo prático. Para ser um conhecimento democrático e aberto a todos/as, o conhecimento científico deve se converter em senso comum (Santos, 1999). Segundo ele, no paradigma emergente, o conhecimento científico “ao sossocomunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em auto-conhecimento, o desenvolvimento tecnológico de traduzir-se em sabedoria de vida” (Santos, 1999, p.57).

Atualmente, muitos/as alunos/as, ao entrarem na universidade, se deparam com essas e outras propostas teóricas que buscam fundamentar uma ciência engajada. Eles/as também acabam se aproximando das teorias que procuram dar voz as críticas dos movimentos sociais e as incorporam não apenas na sua militância, mas também na sua formação acadêmica. Muitos estudantes se formam nessa interseção entre academia e militância e buscam se engajar tanto no campo teórico quanto no campo político. Esse fenômeno possibilitou a emergência de diversos coletivos de estudantes que se localizam a parte do movimento estudantil e levantam diferentes bandeiras na universidade.

Podemos apontar a ação dos Coletivos Universitários de Diversidade Sexual, grupos que se articulam dentro das universidades e que têm denunciado o espaço institucional universitário como produtor e reprodutor de lógicas excludentes em relação a diversidade sexual. Esses coletivos surgem com a intenção de ser um espaço de trocas de experiências sobre a vivência da homossexualidade e da lesbianidade e para o estudo textos teóricos relacionados à diversidade sexual. Logo no início, já percebem a necessidade de agir politicamente para mudar a situação de subalternidade que enfrentavam nos diversos espaços da sociedade, entre eles a universidade. Com o tempo, esse espaço de troca passa a se configurar como uma rede de sociabilidade para gays, lésbicas e também heterossexuais aliados a causa na universidade que possibilitou que várias denúncias de discriminação na universidade surtissem (Prado, Arruda e Rocha, 2009).

6 CRÍTICAS ÀS FORMAS INTITUCIONALIZADAS DE ATUAÇÃO POLÍTICA: MOVIMENTO LGBT, MOVIMENTO ESTUDANTIL E PARTIDOS POLÍTICOS

O esforço empreendido pelos grupos sempre foi no sentido de se tornarem visíveis as práticas naturalizadas de discriminação e inferiorização baseadas na orientação sexual e identidade de gênero nas universidades e apontá-las como não naturais, questionando-as na esfera pública (Prado, Arruda e Rocha, 2009). Logo no início já pesava de forma decisiva um desejo dos/as participantes em apresentarem uma atuação política não institucionalizada. Além das críticas à aproximação dos movimentos LGBT com Estado, esses estudantes percebem um momento de desgaste da representação estudantil formal junto à maioria dos/as discentes da universidade. Eles/as acreditam não ser estratégico para a atuação do novo coletivo apresentarem-se vinculados ao movimento estudantil. Esses estudantes apresentam também um posicionamento crítico em relação à vinculação partidária, optando-se por manterem-se apartidários e começaram a desenvolver entre eles/as uma noção de diferenciação entre vinculação partidária e ação política.

Os Coletivos Universitários de Diversidade Sexual procuram estabelecer uma militância contra a homofobia diferente do modelo adotado pelo movimento LGBT tradicional. Movimentos *queer*, como esses coletivos, atraem uma parte da nova geração de jovens que resistem ao modelo de política insitucionalizada e reformista geralmente encontrada no movimento LGBT (Butler, 2002).

Nossa atuação começou dentro da UFG, eu acho que pelo pessoal mais jovem estar cansado dessa militância engessada do movimento tradicional. (Militante Colcha de Retalhos, 2013)

Como apontado anteriormente, os espaços intitucionais de atuação dos movimentos sociais podem limitar as possibilidades de expressão dos antagonismos e dos enfrentamentos. Se por um lado, o reconhecimento por parte do Estado se mostra como um importante

elemento de legitimação dos movimentos, por outro, esse reconhecimento pode impulsionar sua assimilação levando os militantes a reproduzirem discursos alinhado às lógicas governamentais e institucionais (Prado e Machado, 2014). Lutar pelo reconhecimento em conformidade com os esquemas de legitimidade nos impede de desenvolver uma crítica dos próprios sistemas de inteligibilidade que afirma a nossa abjeção e faz nos alinharmos com as mesmas lógicas opressoras que produz o oprimido (Butler e Athanasiou, 2013). Como, geralmente, o objetivo dos movimentos LGBT é a obtenção de igualdade de direitos buscando a integração de gays e lésbicas na cultura heterossexual dominante através políticas familiares como a reivindicação do direito ao casamento, à adoção e à transmissão do patrimônio embasados em uma concepção fixa de identidade sexual, eles acabam contribuindo para a normalização dos sujeitos que procuram emancipar (Preciado, 2011).

E o movimento LGBT tradicional infelizmente da mesma forma, é um movimento muito heteronormativo ainda. Acho que foi muito falado aqui, é o movimento GGGG. É o movimento que está preocupado se vai ter casamento civil, se vai ter adoção. Que a gente quer ser limpinho e ser igual os hétero. (Militante Colcha de Retalhos, 2013)

Autoridades utilizam de formas de concessão de recursos como estratégias para controlar ou incorporar os movimentos sociais. Os grupos acabam legitimando os mecanismos institucionais que os apoiam e eles acabam aderindo a um discurso popular que tende a neutralizar as divergências e os conflitos (Prado e Machado, 2014).

Tem a questão do movimento LGBT por si só, que eu particularmente acho ele é extremamente institucionalizado, que funciona de acordo com a lógica do Estado e não com a lógica que pressupõe a organização e a libertação dos próprios sujeitos que estão participando dela. Eu acho que é um lógica muito menos participativa, personalista. E isso não me atrai, acho pouco construtivo. (Militante Urucum, 2012)

A gente ajudou organizar duas Paradas, com o movimento. Mas assim, é bem complicado o movimento LGBT lá de Belem porque é uma disputa de ego imensa, é um grupo que quer aparecer mais que o outro. Um que quer ter o nome maior lá na logo com organização e a gente resolveu se afastar. (Militante Orquídeas, 2013)

A relação dos Coletivos Universitários de Diversidade Sexual com o movimento estudantil é marcada por uma parceria com alguns grupos e por rompimentos com outros. Alguns grupos surgem de dentro de entidades do movimento estudantil (como foi o caso dos coletivos Primavera nos Dentes e Pontes):

O motivo foi porque existiam vários grupos aqui na universidade e não tinha um grupo de diversidade sexual. Os primeiros membros faziam parte do DCE, eles tinham o apoio do DCE e criaram o grupo pra poder ter uma visibilidade. (Militante Pontes, 2012)

Esses grupos apontam ter uma boa relação com o movimento estudantil (principalmente o DCE), de diálogo em que há a possibilidade de trocas e parceria nas ações:

Eu acho que é parceria mais com o DCE, tanto que o DCE que se elegeu agora a gente participou da eleição, na campanha. Tem o pessoal do Primavera que também é do DCE. Com os CA's, é mais do pessoal do Primavera que são de alguns CA's, mas eu acho que a gente ainda não tem um abertura tão grande nos CA's não, mais no DCE. (Militante do Primavera nos Dentes nº 03)

Mas é igual eu disse. Por ele [o Primavera] ter surgido de um evento do movimento estudantil e o movimento estudantil, de todos os grupos da universidade, sempre foi o que sempre chegou junto. Sempre “e aí, que vocês estão fazendo? Olha, a gente está querendo fazer isso. Vocês acham que rola de ter uma oficina do Primavera lá?” Agora na construção da calorada, por exemplo, “aqui, o Primavera podia entrar na calorada”. Mas aí você se pergunta, “ah, mas o Movimento Estudantil, o DCE, tem grupos que disputam o DCE aqui.

O Movimento Estudantil não é uma coisa só. Existem grupos do Movimento Estudantil”. (Militante Primavera nos Dentes #1, 2011)
A gente leva de certa forma, porque existem grupos organizados. E tudo o que acontece a gente tenta se integrar. Igual quando teve a ocupação do hotel universitário, porque não tem alojamento feminino suficiente e o Pontes estava lá com a bandeira. Toda coisa que tem a gente está lá no meio. (Militante Pontes, 2012)

Algumas/uns militantes apontam ter começado sua trajetória de atuação dentro do movimento estudantil.

Comecei como secundarista, participei de grêmio estudantil, mas sempre uma coisa muito fluida, era a eferverscência do Fora Collor. Quando eu entrei na universidade eu fui pro Centro Acadêmico de Comunicação. E comecei a militar no Enecos, a executiva dos estudantes de comunicação. Fui grupo de apoio do DCE, mas nunca quis militar no movimento geral porque eu sempre achei que tinha muita guerra política. (Militante Colcha de Retalhos, 2013)

Na verdade eu nunca tinha militado antes. Foi quando eu entrei na faculdade que eu comecei a trabalhar com a questão de militância. Eu entrei primeiro para o Centro Acadêmico de Enfermagem. Depois tinha uma amiga do centro academico que conhecia um integrante do grupo Orquideas, é um dos fundadores na verdade. (Militante Orquideas, 2013)

A minha militância em 1999 com o movimento “Brasil outros 500” organizada pelo DCE da USP. Posteriormente, em 2000, com a greve dos professores eu participei, na letras sobretudo. Então eu comecei a participar do movimento estudantil e fui me envolvendo com o centro acadêmico. (Militante Prisma, 2012)

Para alguns, essa passagem pelo movimento estudantil permitiu a elaboração de uma crítica à forma como o movimento funciona. Eles localizam a crise de representatividade apontada por Mesquita (2003) manifesta na pouca representatividade e na fragmentação da ação do movimento. A percepção do movimento estu-

dantil como burocratizado, hierarquizado, centralizador e partidariado acaba por distanciar muitos estudantes (Mesquita, 2003), que passam a preferir outras modalidades de atuação política.

Eu te falo aí... eu não respondo como grupo, eu te respondo pessoalmente. Eu não me sinto contemplado pelo movimento estudantil tradicional. (Militante GUDDS! #2, 2010)

A dinâmica do movimento estudantil, pelo menos aqui nas universidades de minas é uma dinâmica super partidária. E o GUDDS nasce de um grupo apartidário e já começa... o GUDDS tem uma série de pessoas ligadas a vários partidos no sentido de ideologias partidárias e lidar com essas questões ligadas ao movimento estudantil, que marca um lugar partidário é um tanto complicado e frágil. Inclusive, eu não sei se eu vou falar besteira, o GUDDS recebe muitas críticas de fora da universidade e até de dentro quanto a não assumir uma posição como movimento estudantil, porque várias pessoas dizem “a, não sei por que o GUDDS não cria um chapa para o DCE”, “porque a gente não pega um cargo ou uma função dentro do DCE” e esse não é o objetivo do GUDDS. (Militante GUDDS! #3, 2010)

O movimento estudantil ele... ele virou trampolim político pra muita gente e infelizmente o movimento estudantil está totalmente cooptado pelos partidos políticos. O importante no movimento estudantil hoje em dia não são as pautas estudantis é a linha que o partido dá. É um movimento sectário, é um movimento machista, é um movimento muito complicado de trabalhar. (Militante Colcha de Retalhos, 2013)

Os membros do GUDDS! apontam um evento bem definido que marcou esse lugar a parte do movimento estudantil. Esse evento demarcou, para o grupo, espaço em que há diferenciações de bandeiras entre eles e a representação estudantil.

Tem um fenômeno muito legal que definiu esse lugar do GUDDS enquanto um grupo não ligado ao movimento estudantil que foi o caso do IGC [Instituto de Geociências da UFMG]. Teve um mo-

mento na universidade que a polícia [Polícia Militar] invadiu o IGC, bateu nos estudantes, prenderam, e isso foi um rebulição na universidade relacionado à segurança, à violência, em relação a uma série de coisas. E o movimento estudantil então [...] ocupou a reitoria para dialogar a respeito sobre o que estava acontecendo na universidade. E o GUDDS também entrou nesse “auê”, alguns membros do GUDDS também estavam ocupando a reitoria pautando a questão do trote homofóbico que, na nossa concepção, estava extremamente ligado a questão de violência que a universidade estava negligenciando ou apoiando ao omitir as relações. E dentro dessa dinâmica, o movimento estudantil colocou a questão do trote homofóbico e as questões LGBT como última pauta. E houve um momento em que o grupo começa a debater com o movimento estudantil marcando esses espaços dizendo: “olha, então não da não é. Se vocês não reconhecem essa dinâmica dentro da universidade (e o grupo já estava se constituindo dentro [com a questão do] trote homofóbico e com outras experiências) a gente rompe e assume um grupo que é desvinculado do movimento estudantil até mesmo para sustentar a dinâmica em outro contexto além daquela dinâmica toda do movimento estudantil. (Militante GUDDS! #3, 2010)

Mesmo os coletivos que possuem uma relação muito próxima do movimento estudantil, reconhecem a dificuldade deste para trabalhar com certas bandeiras. Eles entendem que o movimento estudantil está mais voltado para ações mais universalistas em relação aos/as estudantes e, por isso, não conseguem entender dinâmicas mais específicas do corpo discente (Mayorga *et al*, 2008).

Então, eu era do movimento estudantil e o grupo surgiu numa coisa dos militantes e das militantes “coloridos” do movimento estudantil... da necessidade desse debate porque o movimento estudantil não fazia. Ai o que me incentivou foi isso, foi não conseguir trazer eu mesmo enquanto sujeito pra dentro da organização que eu estava, eu e algumas outras pessoas. Ai a gente começou mais nesse sentido de tentar estudar, antes mesmo de formar um grupo. Depois eu co-

mecei a militar só pelo grupo. (Militante Urucum, 2012)

Então, o movimento estudantil tem uma história a parte, é um movimento social extremamente complexo, que no nosso país passou por diversos processos políticos, diversas colaborações diferentes. E eu acho que eles tem preocupações centrais diferentes. Por mais que os movimentos estudantis possam englobar essa pauta e construir ela efetivamente, o objetivo, o propósito dele enquanto movimento social não é esse. E eu tenho mais, na minha cabeça, de enxergar os coletivos universitários como movimento LGBT no global do que como movimento estudantil. Por mais que só tenham estudantes dentro deles. Por que eu acho que são colocadas outras questões para o movimento estudantil, não que não seja importante os 10% do PIB para a educação pra gente, mas não é isso o central. É diferente e a diferença não implica o afastamento, mas implica a diferença [risos]. (Militante Urucum, 2012)

É o seguinte, eu acho que apesar de a gente ter surgido de um evento do movimento estudantil e sempre ter mantido essa relação muito próxima, vale frisar que o Primavera nos Dentes é um grupo bem autônomo em relação ao grupo de movimento estudantil. Eu acho que essa autonomia em relação ao movimento estudantil é importante, porque o movimento estudantil traz um histórico de luta que é muito mais extenso que o nosso, então ele já vem arraigado de questões partidárias, de questões de disputa, que o Primavera nos Dentes não... não é do campo. Então eu acho que garantir essa autonomia em relação a isso é muito importante aqui dentro da universidade, eu vejo dessa forma. Mas não que o movimento estudantil não tenha também que debater essas questões, que parcerias sejam construídas. Mas eu acho que garantir essa autonomia é muito importante. Eu acho que é mais por isso assim também. (Militante Primavera nos Dentes #1, 2011)

Eu acho que tem a ver com certa... hierarquia de bandeiras. Às vezes há a necessidade de lutas comuns, de momentos de articulação entre grupos com as mais distintas bandeiras para lutar contra todo tipo de preconceito, vamos supor. Mas em alguns momentos as bandeiras, pautas e lutas específicas têm que ser prioridade. Então, montar gru-

pos tratando de questões específicas é uma forma da não hierarquização. Por que a gente sabe que tem momentos de articulação e momentos de trabalho em grupos que defendem questões específicas. Eu acho que não é a impossibilidade do dialogo, mas é construir pautas... e construir toda uma articulação todo um empoderamento na fala, argumentos, e que é... que não da pra fazer isso com todas as bandeiras de luta na desigualdade, eu acho. (Militante GUDDS! #1, 2010)

Uma característica que difere bastante os grupos universitários do movimento estudantil formal é relação deles com os partidos políticos. Os coletivos consideram que não seria muito proveitoso para a atuação deles caso eles apoiassem, como grupo, algum partido político. Eles consideram que a filiação a partidos políticos poderia restringir a autonomia e as possibilidades de ação dos grupos.

E quanto a política, o nosso grupo é apartidário. A gente não se envolve. Existem membros que fazem parte de partido político, mas o grupo em si não faz, então a gente é apartidário. (Militante Pontes, 2012) Já fomos chamados para ter alguns diálogos. Inclusive fomos uma vez no gabinete do... vereador super simpático do PV. Inclusive chegamos a ir e construímos um dialogo com ele, que ele queria que... estava na verdade em um momento de... Me deixe contextualizar isso: por que nós tentamos... o GUDDS sempre se prezou por ser apartidário, mas estava num momento crítico aqui em Belo Horizonte da aprovação ou não do projeto que instituiu um dia específico para a Parada [do Orgulho LGBT], um dia do Orgulho LGBT aqui, e que instituiria um financiamento para a Parada e também instituiria vários outros direitos para a população não-heterossexual aqui em Belo Horizonte. Então nesse momento o [vereador] contactou o GUDDS. Fomos ate lá, conversamos, começamos a construir... porque ele queria inserir a gente... queria que a gente fizesse meio que uma palestra sobre diversidade sexual para os vereadores, quase que uma capacitação para ser bem sincero, sobre diversidade sexual para os vereadores de Belo Horizonte. Porque ele queria que a gente conseguisse conscientizar os vereadores da importância da aprova-

ção desse projeto, pelo menos assim ele nos assinalou. Começamos a construir esse projeto, [...] mas que não... à medida que o diálogo com o PV avançava, aliás, ficou muito claro pela fala dele que ele queria lançar a candidatura de algum vereador gay. Gay! Não é nem lésbica nem... Gay! O PV queria lançar a candidatura de um gay aqui... e que ele cogitava ser alguém do GUDDS, mas o diálogo foi se tornando tenso, porque começaram a cobrar que o GUDDS também assumisse uma postura muito partidária e foi... foi um diálogo que em certo momento impossibilitou a própria ação inclusive desse projeto de capacitação. (Militante GUDDS! #2, 2010)

Nenhum integrante do Primavera é de Partido Político. O máximo que existe é um pouco em torno do Movimento Estudantil. Algumas pessoas do Movimento Estudantil são de Partidos e acaba que a gente conhece pessoas de determinado partido e pessoas de outro partido a gente não tem uma relação tão boa, mas nada de forma institucionalizada com determinado partido ou outro. É bem autônomo. (Militante Primavera nos Dentes #1, 2011)

Eu particularmente sou contra a gente se envolver com Partido, porque você se envolvendo com um Partido só, você exclui muitas outras coisas. A gente quer pluralidade, a gente quer envolver o máximo de pessoas possíveis. A gente vai se restringir muito se envolvendo com um Partido. (Militante Primavera nos Dentes #2, 2011)

Que é uma questão que a gente sempre discute é assim, igual quando teve a parada que ia ser apoiada por alguns deputados, aí a gente ficou meio receoso de como isso ia afetar a visibilidade. Porque a gente é bem autônomo a gente não pauta um partido específico. A gente pauta mais quem está pautando o LGBT. (Militante Primavera nos Dentes #3, 2011)

O afastamento dos coletivos em relação aos partidos políticos se dá pelo receio da cooptação de suas pautas políticas como acontece com o movimento estudantil. Eles preferem preservar sua autonomia e estarem mais atentos a demandas internas e não correr o risco de ter que reproduzir a agenda dos partidos políticos em seu interior (Mesquita, 2003).

7 IDENTIDADE COLETIVA QUEER

Um problema recorrente tanto nos estudos sobre movimentos sociais (sobretudo movimentos LGBT) quanto na militância desses movimentos é uma concepção monolítica de identidade calcada em um sujeito pré-estabelecido. No movimento feminista, ter uma noção pré-concebida de “mulher” fez com que as outras que não se encaixem nesse modelo não se sentissem representadas pelo movimento (Butler, 2003). No movimento LGBT, a figura de um sujeito coletivo “homossexual” provocou o silenciamento de outros sujeitos (como as lésbicas, as/os travestis, as/os transsexuais e as/os bissexuais) resultando em diversos rachas internos em alguns grupos e na fragmentação do sujeito do movimento (Butler, 2003; Preciado, 2011). Os Coletivos Universitários de Diversidade Sexual buscam construir sua militância tentando romper com a necessidade de um sujeito político unitário. Essas/es militantes sempre procuram enfatizar a multiplicidade e a heterogeneidade dos sujeitos que compõe a militância e constantemente apontam a “causa” como fator aglutinador do grupo ao invés de uma identidade “homossexual”, “gay” ou “lésbica”.

Não sei se tem uma coisa unitária porque tem uma diversidade de gente no grupo. Todo mundo foi, de certa forma, porque precisava de um espaço em que pudesse se sentir livre. Um espaço em que ser você é importante. E eu acho que o que une mesmo é a questão da sexualidade, é o ponto de encontro central. (Militante Urucum, 2012)

É a causa. A causa é o que une a gente. A gente pode brigar um com outro, a gente apontar o dedo na cara um do outro, mas a gente sempre está no grupo. Porque, por mais que exista a diferença de opinião o que importa é a nossa luta. (Militante Pontes, 2012)

Eu acho que todo mundo busca mesma coisa. Que a questão é democracia sexual. É igualdade sexual. Não é um grupo, igual os meninos já haviam falado, só de homossexuais, é um grupo de diversidade sexual, que busca a igualdade para todos. E luta contra a homofobia que é um tipo de discriminação, o que a gente não quer ver, então a gente luta contra isso. [...] São pessoas sexuadas. [risos] (Militante Primavera nos Dentes #2, 2011)

Esse posicionamento marca a compreensão dos grupos de que a heteronormatividade e a homofobia afetam a todas/os, mesmo que de maneiras diferenciadas. Elas/es entendem que eleger uma identidade específica como a categoria universal que marca o sujeito político dessa militância pode provocar o silenciamento de outros sujeitos que também são afetados pela norma. Além disso, tomar os sujeitos como ontologicamente naturais pode provocar a invisibilização das lógicas de poder que atuam por trás da construção desse sujeito desrespeitado.

Para Butler (2000), políticas democráticas são constituídas através de exclusões que retornam para assombrar os sistemas políticos estabelecidos sobre sua ausência. Essa assombração se torna politicamente eficaz precisamente na medida em que o retorno dos excluídos força uma expansão e uma rearticulação das premissas básicas da própria democracia. A formação de qualquer organização política ou democrática, ou qualquer concepção de sujeito particular dentro desse sistema político, é necessariamente incompleta na medida em que há o fracasso de qualquer articulação em particular para descrever a população que ela representa e que cada sujeito é constituído diferencialmente; o que é produzido como o “exterior constitutivo” do sujeito nunca pode tornar-se totalmente dentro ou imanente de concepções universalistas (Butler, 2000).

Ela procura mostrar o que acontece quando uma facção define-se como “universal” e afirma representar a vontade geral, onde o geral irá substituir as vontades individuais que o compõem. A “vontade” que é oficialmente representada pelo governo é, portanto, perseguida por uma “vontade” que é excluída da função representativa. Assim, o governo é estabelecido com base em uma economia “paranóica” em que ele deve estabelecer repetidamente a sua reivindicação à universalidade, apagando todos os vestígios dessas vontades que exclui do domínio da representação. Aqueles que permanecem radicalmente não representados pela vontade geral ou universal não chegam a se tornar seres humanos reconhecíveis dentro de seus termos (Butler, 2000).

Uma identidade particular é entendida como aquela que está ligada a um conteúdo específico, como gênero, raça ou etnia e uma

incompletude constitutiva é a característica estrutural que é dita ser compartilhada por todas essas identidades. Uma identidade particular se torna uma identidade em virtude de sua localização em relação a um sistema aberto de relações diferenciais; ela é constituída por meio de sua diferença em relação a um conjunto ilimitado de outras identidades. A incompletude de cada identidade é um resultado direto de seu surgimento diferencial; nenhuma identidade particular pode emergir sem presumir a exclusão de outras, e esta exclusão constitutiva ou antagonismo é a condição partilhada e equitativa da constituição de todas as identidades. Se tal identidade particular procura universalizar sua própria situação sem reconhecer que outras identidades estão em uma situação estrutural idêntica, ele vai deixar de conseguir uma aliança com outras identidades emergentes e irá identificar erroneamente o significado e o lugar da universalidade consigo mesma (Butler, 2000).

Por sua conformação às exigências da política representacional de que se deva articular um sujeito estável, o feminismo e o movimento LGBT acabam abrindo a guarda a acusações de deturpação da representação. Ao estarem condicionadas à lógica imposta pela estrutura de representação política, “a formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como o ‘sujeito’ do feminismo é em si mesma uma formação discursiva e efeito de uma dada versão da política representacional” (Butler, 2003, p. 18) e o sujeito feminista (ou LGBT) se mostra discursivamente constituído pelo próprio sistema político que deveria favorecer a sua emancipação. A construção política do sujeito se mostra vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão e esse processo é efetivamente ocultado e naturalizado por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento (Butler, 2003). O sujeito “mulher” e “homossexual” acabam sendo tomados como naturalizados, pré-políticos e como sujeitos universais dentro da lógica do movimento que os representa:

É minha sugestão que as supostas universalidade e unidade do sujeito do feminismo são de fato minadas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam. Com efeito, a insistência prematura

num sujeito estável do feminismo, compreendido como uma categoria uma das mulheres, gera, inevitavelmente, múltiplas recusas a aceitar essa categoria. Esses domínios de exclusão revelam as consequências coercitivas e reguladoras dessa construção, mesmo quando a construção é elaborada com propósitos emancipatórios. (Butler, 2003, p.22)

Para a autora, a insistência em uma categoria de mulheres coerente e unificada rejeitou a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é fundamentada a noção de mulheres (Butler, 2003). O movimento acaba, assim, reproduzindo no seu interior o mesmo universalismo excludente que historicamente tem apontado como causa da sua opressão.

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (Butler, 2003, p.20)

Assim, não apenas nos perguntarmos como as mulheres e os homossexuais podem se fazer representar de forma efetiva na política, deve-se também compreender como as próprias categorias de mulher e homossexual são produzidas e reprimidas pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais buscam emancipação (Butler, 2003). “A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento.” (Butler, 2003, p.23). Segundo a autora, devemos justamente formular no interior dessa estrutura uma crítica às categorias de identidade que elas buscam engendrar, naturalizar e imobilizar.

Uma concepção de identidade coletiva baseada na ideia de um sujeito político unificado tem sido motivo de diversos embates dentro de movimentos como o feminista e o LGBT. Pesquisadores e militantes frequentemente caem na armadilha apontada por Melucci (1996) de tomar o conceito como um instrumento analítico que pretende apontar um núcleo unificador do movimento, tomando-a de forma reificada e essencialista. Entretanto, o problema não se encontra no conceito de identidade coletiva, mas sim na forma como ela é concebida. Para Melucci (1996) identidade coletiva não é um dado empírico, uma entidade manifesta em um movimento social. A identidade coletiva é uma ferramenta analítica que representa uma solução temporária para um problema conceitual. Assumindo a incompletude inerente a qualquer identidade (Butler, 2000), entendemos que a identidade coletiva é um processo trabalhoso onde a unidade e equilíbrio são constantemente restabelecidos em reação às mudanças e transformações nos seus elementos internos e externos. Ela é tomada como um campo que se expande e se contrai em que suas fronteiras se alteram de acordo com o contexto em que ela se insere (Melucci, 1996). Essa formulação nos permite compreender a possibilidade da formação de uma *identidade coletiva queer* presente nesses coletivos. Os Coletivos Universitários de Diversidade Sexual buscam incorporar na sua ação política as críticas feitas pela *teoria queer* e tentar contruir um sujeito coletivo que não seja baseado na eleição de uma identidade sexual como constituinte do movimento.

Sempre houve uma simpatia em relação à teoria queer. [...] Fomos acusados de academicistas e tal, acho que muito por conta das pessoas encontrarem aqui a teoria queer sendo discutida politicamente, não como pura teoria, mas como política. [...] E eles começaram a ver gente fazendo leitura de mundo numa linha de esquerda, só que não era Marx, era teoria queer. (Militante Prisma, 2012)

A ABGLT colocou no grupo do ENUDS, desse último ENUDS “o que os grupos universitários queriam?”, uma vez que eles eram queer [...]. A idéia do armário, o que os grupos universitários pensam de armário [...]. Mas isso foi uma observação da ABGLT en-

quanto as ações de grupos universitários não identitários dentro das universidades. (Militante GUDDS! #3, 2010)

A teoria queer apresenta uma crítica às Ciências Sociais ao apontar que elas sempre têm tratado a ordem social como sinônimo de heterossexualidade. Esse pressuposto heterossexista do pensamento sociológico se mostrava até mesmo nas investigações sobre as sexualidades não-hegemônicas. As minorias sexuais sempre foram pensadas a partir de uma lógica heterossexual de se entender o mundo. Através da desconstrução, a teoria queer busca explicitar a interpretação binária da sexualidade e mostrar como oposições como hetero e homossexualidade são constantemente reforçadas e reatualizadas de forma a estarmos sempre dentro dessa lógica binária de pensamento e que, ao invés de quebrá-la, a teoria social acaba por constantemente reinscrever suas bases (Miskolci, 2009). O termo queer tem operado historicamente como uma prática linguística em que o seu propósito foi produzir sujeitos através de uma interpelação humilhante e ele sempre esteve vinculado à acusação, à patologização e ao insulto. Aqui não se trata apenas de compreender como o discurso agrava os sujeitos, mas também como certos agravos colocam os sujeitos nos limites das ontologias e nos esquemas de inteligibilidade disponíveis (Butler, 2002).

Os termos que pretendemos e insistimos em politizar a identidade e o desejo exigem que nos voltemos contra esta historicidade constitutiva. Assim como é necessário afirmar as demandas políticas recorrendo a categorias de identidade e reivindicar o poder de nomear-se e determinar as condições em que se deva usar esse nome, devemos admitir que é impossível sustentar este tipo de domínio sobre a trajetória dessas categorias dentro do discurso. A expectativa de autodeterminação que desperta a autodenominação encontra a oposição da historicidade do nome, a história dos “usos” que ela nunca controlou. Este não é um argumento contra o emprego das categorias de identidade, é um argumento que recorda o risco que corre ao usá-las. Nesse sentido, continua sendo políticamente indispensável a reivindicação às categorias políticas (como mulheres, gay

e lésbica) justamente devido ao fato de que reivindicar esses termos se torna necessário para podermos refutar a lógica de desrespeito no campo legal, nas atitudes públicas e na vida privada. A desconstrução política do *queer* não deve paralisar o emprego de tais termos, mas deve estender o alcance deles e nos fazer considerar a que preço e com que objetivos eles são utilizados e através de que relações de poder se engendraram tais categorias. Assim, as categorias de identidade se mostram como erros necessários e, desta maneira, também será necessário afirmar o termo *queer* como uma forma de afiliação entendendo que, como uma categoria, ele nunca poderá descrever plenamente àqueles a que pretende representar (Butler, 2002):

Eu vejo a identidade como um fator importante principalmente por causa da questão garantia de políticas, que uma coisa que a gente sempre discute, de tentar quebrar a questão de identidade, não ter o rotulzinho, as caixinhas, mas eu acredito que seja importante [...] pra garantia de políticas públicas. (Militante Orquídeas, 2013)

Nos movimentos *queer*, identificações negativas (como “bi-cha” e “sapatão”) são tomadas como possíveis lugares de produção de identidades resistentes à normalização e os movimentos e teorias *queer* fazem uso de estratégias ao mesmo tempo hiperidentitárias e pós-identitárias utilizando as identidades desviantes como recursos políticos máximos. A teoria e a política queer buscam reapropriar e desviar os discursos dominantes da ciência e da política que buscam construir o corpo “normal” e o corpo “desviante”. Em oposição às políticas “feministas” e “homossexuais” dominantes, ela não se baseia em uma identidade natural (homem/mulher) nem em uma definição de práticas sexuais (heterossexual/homossexual), mas na multiplicidade de corpos sexuais que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais” (Preciado, 2011)

Eu acho que os coletivos universitários viéram com uma nova forma de fazer militância. A gente é “anormal”, então a gente vai fazer um movimento “anormal”. Eu não quero sair da margem, eu não

quero estar no centro. Porque quem está no centro é autoritário e quer impor pra margem a forma dele de viver. (Militante Colcha de Retalhos, 2013)

Ao assumir uma identidade coletiva *queer*, os Coletivos Universitários de Diversidade Sexual procuram reestabelecer as lógicas sobre as quais se fundamenta a construção do NÓS. Ao entender que o os une é a “causa” e não a “identidade”, elas/es retiram o foco da ação do sujeito e passa a colocá-la na norma a que elas/es se opõe.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento da participação da sociedade civil em políticas sociais através das instituições participativa no Brasil significou o aumento das formas de representação política. Essa forma de acesso institucional foi responsável pelo aumento significativo do repasse de recursos do Estado para os movimentos sociais para que esses efetivassem parte das políticas sociais. Nesse contexto percebemos um crescimento do movimento LGBT com a publicação de documentos importantes que proporcionaram ao movimento legitimidade fomalizando diretrizes básicas para a formulação de políticas públicas para essa população.

Porém, essas políticas, ao terem que se adequar a um modelo de “gay” e “lésbica” exigido pelo Estado, provoca, em grande medida, a descaracterização identitária e a exclusão daqueles que não se enquadram no modelo hegemônico de sujeito LGBT. Ainda, a aproximação com o Estado exige que as ações dos grupos tenham que se adequar às demandas dos aliados e legitimar os mecanismos institucionais que os apoiaram.

Essa forma institucionalizada de fazer política tem sido alvo de críticas de acadêmicos e militantes e diferentes formas de militância tem surgido para contrapor esse modelo. Os Coletivos Universitários de Diversidade Sexual tem sido uma forma de engajamento político crítica a atuação do ativismo LGBT clássico. Essas/es jovens militantes apresentam uma resistência a uma atuação política

institucionalizada. Esses coletivos buscam construir sua militância tentando romper com a necessidade de um sujeito político unitário e sempre procuram enfatizar a multiplicidade e a heterogeneidade dos sujeitos que compõe a ação política. Esses coletivos não procuram ser reconhecidos nos parâmetros sociais de acordo com as normas vigentes. Eles tomam as identificações negativas as quais são submetidas e buscam ressignificá-las, transformando-as em lugares de produção de identidade de resistência política.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, nº.76, pp.49-86, 2009.
- AVRITZER, L. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, Vol. 50, nº 3, pp.443-464, 2007.
- BLEE, K. M. & TAYLOR V. Semi-Structured Interviewing in Social Movement Research *In: KLANDERMAS, B. & STAGGENBORG, S. (Eds.). Methods of Social Movement Research*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002, pp.92-117
- BUTTNER, J. Restaging the universal: Hegemony and the limits of formalism. *In: BUTTLER, J.; LACLAU, E.; ZIZEK, S. Contingency, hegemony, universality: Contemporary dialogues on the left*. London, New York: Verso, 2000.
- _____. *Cuerpos que importan: Sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2002.
- _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTTNER, J.; ATHANASIOU, A. *Dispossession: The performative in the political*. Cambridge: Polity Press, 2013.
- CARDOSO, R. C. L. A trajetória dos movimentos sociais. *In: DAGNINO, E. (Org.). Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São: Brasiliense, 1994.
- CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira*

de Educação, nº24, pp.05-15, 2003.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. *In: DAGNINO, E. (Org.). Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São: Brasiliense, 1994.

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: do que estamos falando? *In: MATO, D. Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización*. Caracas: FACE, Universidad Central de Venezuel, 2004. pp.95-110.

FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. *Revista Bagoas*, Vol.3, nº. 04, pp.131-158, 2009.

FLICK, U. *Desenho da Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOHN, M. da G. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo*. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

HERNÁNDEZ, F. G. Fronteras morales y políticas sexuales: apuntes sobre ‘la política LGBT’ y el deseo del Estado. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, nº.13, pp.43-68, 2013.

KLANDERMAS, B. & STAGGENBORG, S. Introduction. *In: KLANDERMAS, B. & STAGGENBORG, S. (Eds.). Methods of Social Movement Research*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

MAGALHÃES, M. de S.; CRUZ, D. A. G.; ALVES, S. G.; RODRIGUES, T. Universidade e sociedade em Movimentos: Perdidos e achados na tradução de saberes. *In: MAYORGA, C. (Org.). Universidade Cindida, Universidade em Conexão: Ensaios Sobre a Democratização da Universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG: 2010, pp.92-126.

MAYORGA, C.; ZILLER, J.; SOUZA, L. M. de; COSTA, F. C. S. Universidade e Diversidade sob o Olhar da Representação Discente. *Rev. Pesquisas e Práticas Psicossociais*, Vol.3, nº1, pp.51-57, 2008.

MAYORGA, C. e SOUZA, L. M. de. Ação Afirmativa na Universidade: Quando ruídos se tornam vozes. *In: MAYORGA, C. (Org.). Universidade Cindida, Universidade em Conexão: Ensaios Sobre a Democratização da Universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG: 2010, pp.204-233.

MAYORGA, C.; PRADO, M. A. M.; CASTRO, L. R. de. Juventude e os

- paradoxos da política. In: MAYORGA, C.; PRADO, M. A. M.; CASTRO, L. R. de (Org.). *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, pp.261-272.
- MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes. 2001
- _____. *Challenging codes: Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MELLO, L.; AVELAR, R. B. de; MAROJA, D. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. *Sociedade e Estado*, Vol.27, nº2, pp.289-312, 2012.
- MENDONÇA, R. F. Representation and Deliberation in Civil Society. *Brazilian Political Science Review*, Vol.2, nº2, pp.117-137, 2008.
- MESQUITA, M. R. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº66, pp.117-149, 2003.
- _____. Cultura e política: A experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº81, pp.179-207, 2008.
- MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Vol.11, nº21, pp.150-182, 2009.
- PEREIRA, M. A. G. Cyberactivismo e democracia: Movimentos sociais e novos repertórios de acção. 2008. Tese (*Doutorado*) – Universidade de Coimbra, Coimbra.
- PRADO, M. A. M.; ARRUDA, D.; ROCHA, L. T. O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia. *Revista Bagoas*, Vol.3, nº4, pp.209-232, 2009.
- PRADO, M. A. M.; MOUNTIAN, I.; MACHADO, F. V.; SANTOS, L. C. Los movimientos LGBT y las luchas por la democratización de las jerarquías sexuales en Brasil. *Revista Digital Universitária*, Vol.11, nº7, 2010. Disponível em: <http://www.revista.unam.mx/vol.11/num7/art68/index.html>
- PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. Muito Além do Arco-Íris: A Constituição de Identidades Coletivas Entre a Sociedade Civil e o Estado. *Annual Review of Critical Psychology*, nº11, pp.151-170, 2014.

- PRECIADO, B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”.
Estudos Feministas, Vol.19, nº1, pp.11-20, 2011.
- REIS, R. A.; MAGALHÃES, M. de S.; AZEVEDO, E. R. de; MONTEIRO,
I. R. L. Hierarquias e Preconceitos na Universidade Pública:
Interpelações e Enfretamentos Possíveis. In: MAYORGA, C. (Org.).
*Universidade Cindida, Universidade em Conexão: Ensaio Sobre a
Democratização da Universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
2010.
- SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições
Afrontamento, 11ª Edição, 1999.
- SILVA, M. K. Sociedade civil no Brasil: Institucionalização e/ou
contestação. *Em Debate*, Vol.3, nº. 4, pp.37-43, 2011.

Recebido: 01/07/2014.

Aprovado: 12/12/2014.